

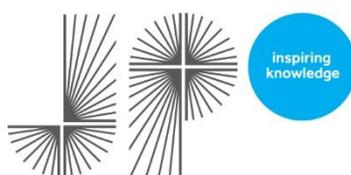
JP SÁ COUTO, SA

—inspiring knowledge—



RELATÓRIO & CONTAS

—2015—



ÍNDICE

Relatório de Gestão	1
----------------------------------	----------

Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015

- Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.....	16
- Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	17
- Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	18
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 ..	19

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória	22
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	22
3. Principais políticas contabilísticas	26
4. Fluxos de caixa – Caixa e seus equivalentes	36
5. Activos fixos tangíveis	36
6. Activos intangíveis	37
7. Participações financeiras	38
8. Activos por impostos diferidos	40
9. Inventários	40
10. Clientes	41
11. Adiantamentos a fornecedores	42
12. Estado e outros entes públicos	42
13. Outras Contas a Receber	43
14. Diferimentos	43
15. Outros activos financeiros	44
16. Capital realizado	44
17. Reservas legais	44
18. Outras Reservas	44
19. Provisões	45
20. Financiamentos obtidos	45
21. Fornecedores	46
22. Adiantamentos de clientes	47
23. Outras contas a pagar	47
24. Vendas e prestações de serviços	47
25. Variação nos inventários da produção	48
26. Custo de mercadorias vendidas e de matérias consumidas	48
27. Fornecimentos e serviços externos	49
28. Gastos com o pessoal	49
29. Outros rendimentos e ganhos	50
30. Outros gastos e perdas	50
31. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	51
32. Juros e rendimentos / gastos similares	51
33. Imposto sobre o Rendimento do Exercício	51
34. Dividendos e resultados por Acção	53
35. Partes relacionadas	53
36. Eventos subsequentes	55
37. Contingências.....	55
38. Garantias prestadas.....	55
39. Informação relativa à área ambiental.....	55
40. Informações exigidas por diplomas legais	56
41. Aprovação das Demonstrações Financeiras	56

Certificação Legal das Contas	58
--	-----------

Relatório e Parecer do Fiscal Único	61
--	-----------

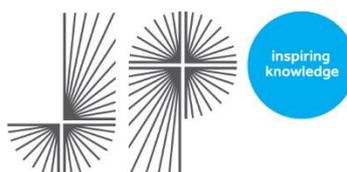
JP SÁ COUTO, SA

inspiring knowledge



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015



EXERCÍCIO DE 2015

Em conformidade com o preceituado nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à apreciação de V. Ex.as., o presente relatório de gestão, as contas e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei, relativamente à sociedade J.P. Sá Couto, SA (doravante, JP-ik), para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

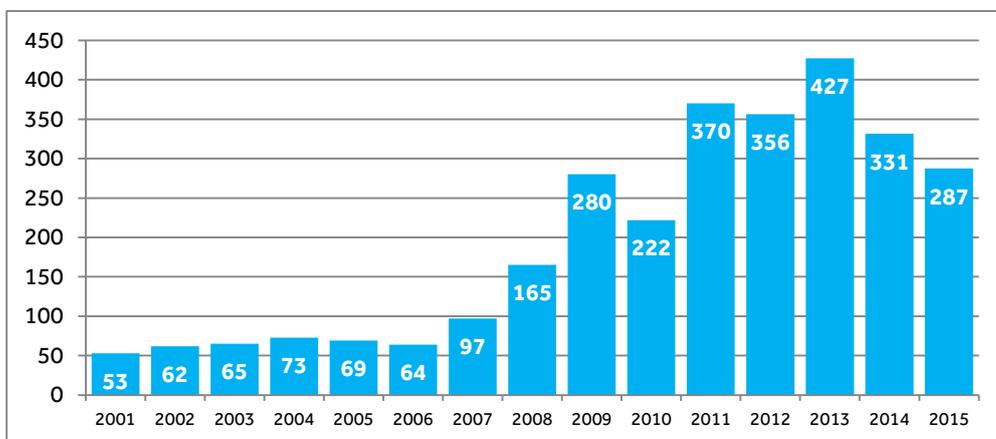
1. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE E POLÍTICA DA EMPRESA

O ano 2015 ficará para sempre marcado na História da JP-ik como aquele onde se atingiu a melhor performance operacional até então, medida por um EBITDA (Dado por Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos menos Provisões, Imparidade de Inventários e Imparidade de dividas a receber) de 28,5 milhões de euros. Este facto é ainda mais relevante, atendendo a que ocorreu num ano onde o volume de negócios foi inferior em 140 milhões de euros ao maior registo até à data (2013).

Tal só foi possível porque se está a conseguir implementar a estratégia que ao longo dos últimos anos tem sido apresentada, de orientar a atividade da Empresa para áreas de maior valor acrescentado como são os serviços, diminuindo a componente de venda de produto. Desta forma, não só diminuímos o risco associado ao negócio, como temos menor pressão financeira sobre o working capital, exigindo menores necessidades de financiamento.

De facto, a JP-ik (na sua componente internacional) apresenta-se hoje ao mercado (e é já reconhecida) como um implementador de projetos educação "chave-na-mão", onde o seu valor aportado aos mesmos está tanto no nível e qualidade dos serviços prestados como nos equipamentos informáticos em si. Estes serviços assentam hoje num portfólio alargado de competências, que vão da formação pedagógica a professores até à formação técnica e consultoria industrial na implementação de unidades de assemblagem de equipamentos informáticos e de redes de Assistência Técnica.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS (MILHÕES DE EUROS)



Significa isto que o decréscimo do volume de negócios em cerca de 44 milhões de euros (-13%) para os 287 milhões de euros foi essencialmente devido a uma diminuição do fornecimento de equipamentos

RELATÓRIO DE GESTÃO

(hardware) e a um aumento do fornecimento de serviços (essencialmente na Educação), caminho esse que a JP-ik quer consolidar no futuro.

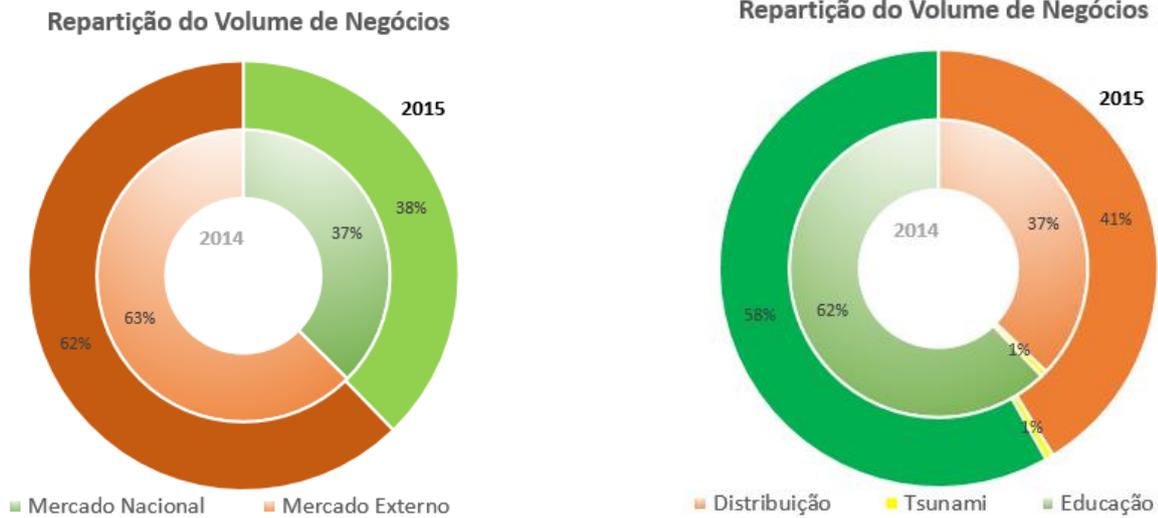
DIVISÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREAS DE NEGÓCIO E MERCADOS

	2011	2012	2013	2014	2015
Distribuição	90.781.140 €	116.693.613 €	127.404.622 €	123.207.367 €	117.569.286€
TSUNAMI	6.145.250 €	4.657.871 €	4.941.108 €	2.299.679 €	1.693.623€
Educação	272.861.406 €	234.971.135 €	294.722.165 €	205.947.889€	168.076.182€
Venezuela	155.066.307 €	154.641.362 €	189.896.774 €	43.943.148 €	64.872.040 €
Bolívia	- €	- €	- €	44.126.625 €	55.086.835 €
Argentina	65.383.393 €	21.921.036 €	42.398.051 €	42.879.655 €	19.042.907 €
Uruguai	7.856.310 €	12.442.478 €	9.523.502 €	4.994.315 €	8.453.379 €
El Salvador	- €	- €	654.767 €	-7.237 €	3.696.170 €
Espanha	20.079 €	3.151.514 €	824.260 €	3.227.641 €	2.871.450 €
África do Sul	- €	- €	234.454 €	1.123.001 €	1.890.081 €
Equador	27.740 €	- €	- €	-3 €	1.514.260 €
Reino Unido	77.352 €	1.113.416 €	1.398.172 €	716.469 €	1.308.207 €
Índia	- €	34.753 €	132.732 €	330.026 €	839.800 €
Angola	- €	808.967 €	845.781 €	121.535 €	842.305 €
Nigéria	214.256 €	2.268.415 €	1.062.443 €	720.928 €	778.710 €
Portugal	447.172 €	158.790 €	86.185 €	617.825 €	709.596 €
Taiwan	- €	- €	2.771.685 €	4.987.443 €	549.300 €
EUA	392.357 €	1.126.104 €	1.113.577 €	206.446 €	404.757 €
Costa Rica	864.574 €	178.537 €	52.268 €	1.150 €	331.542 €
Holanda	- €	158.636 €	433.255 €	1.414 €	233.510 €
Colômbia	- €	- €	623.345 €	569.848 €	190.790 €
México	457.841 €	2.323.863 €	18.870.783 €	1.344.105 €	176.590 €
Peru	- €	- €	281.251 €	7.487.697 €	151.259 €
Israel	969.225 €	1.327.729 €	59.402 €	109.774 €	149.039 €
Brasil	245 €	478.507 €	4.081.271 €	23.832.192 €	133.391 €
Arábia Saudita	- €	- €	1.144 €	3.500.355 €	124.377 €
Egipto	- €	60.651 €	2.401.635 €	187.614 €	94.498 €
Zimbabué	- €	- €	538.905 €	1.272.739 €	69.762 €
Chile	364.488 €	593.956 €	470.489 €	1.055 €	32.296 €
Irlanda	100.623 €	472.469 €	35.454 €	35.489 €	27.561 €
Suécia	2.278 €	574.300 €	246.737 €	147.262 €	24.484 €
Panamá	1.587 €	23.571.328 €	10.521.167 €	16.103.476 €	19.489 €
Paraguai	215.213 €	5.910.401 €	1.160.666 €	17.487 €	16.480 €
Ilhas Virgens Britânicas	- €	64.974 €	1.234.308 €	232.611 €	2.530 €
Honduras	- €	- €	466.361 €	- €	2.529 €
Hungria	970.411 €	2.292 €	2.531 €	7.282 €	- €
Gabão	- €	506.371 €	1.762.404 €	- €	- €
Projecto E-Escolinhas	38.239.844 €	- €	- €	- €	- €
Outros	1.190.111 €	1.080.285 €	1.191.172 €	3.101.286 €	3.436.259 €
TOTAL	369.787.795 €	356.322.618 €	427.067.896 €	331.454.934 €	287.339.091 €

EDUCAÇÃO

Em termos da repartição do volume de negócios face ao ano transacto pelas diferentes áreas da JP-ik, continua a verificar-se a predominância da área de negócio da Educação, ainda que em 2015, por via do já referido aumento da importância dos serviços face aos equipamentos, em termos de volume de negócios essa área tenha passado de 62% para 58% do volume total.

Em termos absolutos a redução do volume de negócios registada foi de 38 milhões de euros, e resulta principalmente das variações registadas nos projetos Argentina, Brasil e Panamá (pela negativa, num total de 64 milhões de euros) e pelos projetos Venezuela e Bolívia (pela positiva, num total de 32 milhões de euros).



A maior redução de volume ocorreu nos projetos Argentina e Brasil, por motivos muito similares e relacionados com fatores conjunturais dos próprios países, que como é sabido atravessam uma situação económica e social difícil. Ainda assim, cada um dos projetos tem um enquadramento muito próprio, específico e diferenciado. Na Argentina, não obstante a crise do País, foi possível ainda continuar com o projeto (ainda que com uma redução de 23 milhões de euros no volume de negócios). Por outro o projecto do Brasil trouxe dificuldades acrescidas e resultou na suspensão das vendas para esse mercado (existiram apenas vendas residuais no início do ano de 2015).

O projecto do Brasil teve início num concurso público no Estado de Goiás em 2013, que vencemos. Motivos completamente alheios à nossa ação e totalmente imprevisíveis, fizeram com que a entrega ao cliente final da mercadoria enviada em 2014 tenha sofrido sucessivos atrasos. Durante este mesmo período, ocorreu uma desvalorização muito significativa do Real face ao Dólar Americano. De referir que como o cliente inicial nunca nos conseguiu informar de datas concretas dos respectivos fluxos financeiros, não nos foi possível assegurar uma protecção cambial. Assim sendo, a mercadoria foi encaminhada para diferentes projetos, sendo que se encontra já totalmente vendida, quer no Brasil, quer através de retoma pela JP-ik para colocação noutros mercados, nomeadamente Angola (projeto que estamos a executar ao abrigo de uma carta de crédito recebida de Angola, confirmada por um Banco nacional).

Após avaliação dos ativos relativos ao projeto, foi apurada uma perda expectável de cerca de 13 milhões de euros, correspondente a sensivelmente metade dos valores em dívida (relativos a vendas de 2014 e algumas ainda de 2013). Esta imparidade foi a principal causa da redução do resultado líquido da Empresa em 2015.

A redução registada no Panamá, assim como no Peru, resulta do facto de nesses países não terem sido iniciados projectos de continuidade àqueles levados a cabo em 2014.

O aumento registado na Bolívia (de cerca de 11 milhões de euros) foi possível graças ao sucesso do projeto iniciado em 2014, que passou pela implementação de uma unidade de montagem e do fornecimento de

kits de matéria-prima para serem assembled. O sucesso do projeto, não só em termos de qualidade de execução, mas também do cumprimento financeiro do cliente, tornou possível reforçar em 2015 o fornecimento de kits adicionais de matérias prima em conjunto com serviços



de consultoria industrial e também pedagógica. Para 2016 esperamos que no segundo semestre seja possível dar continuidade ao projeto. À data aguarda-se a resolução de alguns temas pendentes, relacionados com questões administrativas inerentes ao projeto local (a publicação do decreto que possibilite a entrega e recebimento de mercadoria que já está na Bolívia). Este investimento, juntamente com a situação já descrita relativamente ao Brasil, é o principal responsável pelo aumento do endividamento líquido da JP-ik (acréscimo em cerca de 25 milhões de euros para os 75 milhões de euros). Para o final deste ano espera-se uma redução significativa deste valor e do consequente impacto negativo nos resultados da Empresa por via dos encargos financeiros suportados.

Relativamente à Venezuela, o aumento registado no volume de negócios resultou da continuidade do fornecimento de algumas matérias-primas ao nosso parceiro e ODM chinês que está a fornecer diretamente o cliente, ao mesmo tempo que continua a ser o nosso principal parceiro nos projetos que executamos. Para além do impacto destas vendas no volume de negócios, a Venezuela ainda contribuiu muito positivamente na performance operacional da JP-ik através do resultado da Prestação de Serviços, materializada através da YOUTSU (ACE detido a 50% pela JP-ik) e com um impacto positivo de cerca de 8,3 milhões na Demonstração de Resultados da JP-ik (Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos). Para 2016, por via da muito complicada situação que o país atravessa, com uma grave crise sistémica, não se espera a continuidade deste projeto, mas somente a conclusão do que está em curso, prevendo-se um impacto positivo de cerca de 3 milhões de euros.

De assinalar também o projeto realizado em El Salvador, que consistiu na instalação de uma unidade de montagem, com prestação de serviços de consultoria industrial, bem como o fornecimento de kits de matérias-primas para o arranque. Esta parceria, para além de representar em 2015 um volume de negócios de 3,7 milhões de euros, permite à JP-ik representar um papel importante na continuidade deste projeto local, prevendo-se que continuemos a estar presentes no seu desenvolvimento durante os próximos anos.

DISTRIBUIÇÃO

Sendo a área de negócio da Educação a que mais impacto neste momento tem no negócio da JP-ik, o certo é que continuamos a apostar na Distribuição e este continua a ser um negócio estratégico e que queremos

continuar a desenvolver, no sentido de nos afirmarmos como Distribuidor de referência no mercado nacional.

Em linha com as orientações estratégicas de reforçar a rentabilidade do negócio, foi tomado um conjunto de ações de reorganização interna, a par da renegociação de alguns contratos comerciais cujo impacto foi possível verificar em 2015. Ainda que se tenha registado uma diminuição de cerca de 5,6 milhões de euros no volume de negócios (diminuição essa, inferior à prevista, tendo



em conta a natureza das medidas tomadas), a rentabilidade líquida do negócio teve um incremento assinalável, o que faz prever que a atividade em 2016 e nos anos seguintes estará assente numa estrutura muito mais adequada e que a sustentabilidade do negócio será assegurada. Para isso não só se continuará a negociar melhores contratos comerciais (quer com clientes, quer com fornecedores), como também será alargado o portfólio de produtos de modo a adereçar o máximo leque possível de necessidades dos nossos clientes. Para isso, pretendemos negociar alguns acordos tripartidos entre novos fabricantes e outros distribuidores, para que se possa vir a contar com marcas com as quais ainda não temos acordos de distribuição direta. Acer e Lenovo são exemplos dessas marcas com as quais se espera vir a contar em 2016 e que reforçarão a proposta de valor da JP-ik no mercado da Distribuição nacional.

Pretende-se ainda reforçar a política de proximidade com os nossos clientes, de forma a que em conjunto consigamos obter as melhores soluções, procurando sempre a sua máxima satisfação possível.

Ainda no âmbito da estratégia de alargamento do portfólio da Distribuição, para 2016 pretendemos relançar a nossa marca própria Tsunami, através de um *rebranding* e de um novo reposicionamento. Com isto, pretende-se inverter a trajetória de redução do volume de vendas que esta marca tem registado nos últimos anos, esperando que em 3 anos a Tsunami possa vir a representar novamente vendas de cerca de 10 milhões de euros / ano. Com isto, não só a JP-ik fica com um portfólio mais rico, como consegue atuar no mercado com uma marca onde tem uma maior presença na cadeia de valor e que possibilita margens mais elevadas (para si e para os seus revendedores).

OUTRAS CONSIDERAÇÕES GLOBAIS

De realçar ainda que apesar da redução no volume de exportações, estas continuam a representar uns expressivos 62% do total das vendas de 2015 (63% em 2014).

VENDAS em EUR	2012	2013		2014		2015	
Mercado Nacional	117.883.698 €	131.619.967 €	12%	124.155.726 €	-6%	113.979.488 €	-8%
Mercado Externo	238.438.921 €	295.447.928 €	24%	207.299.208 €	-30%	173.359.603 €	-11%
TOTAL	356.322.618 €	427.067.896 €	20%	331.454.934 €	-22%	287.339.091 €	-13%

Em síntese, ainda que a JP-ik tenha registado nova quebra do volume de negócios nos mercados nacional (principalmente oriundo do negócio Distribuição) e internacional (principalmente oriundo do negócio Educação), essa redução continuou a ser acompanhada não só de um conjunto de medidas internas que visam dotar a empresa de uma flexibilidade capaz de a fazer passar por eventuais períodos de maior dificuldade (com reestruturações ao nível de processos e procedimentos com vista a um aumento de eficiência e eficácia), mas também por um trabalho de alargamento do seu core de competências ao nível dos serviços que permita perspetivar o futuro de uma forma mais otimista, menos dependente da venda de equipamentos, aumentando assim os níveis de sustentabilidade, com uma clara aposta na rentabilidade em detrimento do volume.

Significa isto que a política da Empresa para os próximos anos será de continuar a apostar no reforço da componente de serviços integrados nos projetos que executa a nível internacional, com o objetivo último de fazer aumentar a rentabilidade gerada pelo negócio. Esta política de focalização na rentabilidade será também seguida no mercado da Distribuição, mesmo que tal implique algum ajuste em baixa do volume de negócios, que procuraremos colmatar com um portfólio de produtos mais rico, diversificado e capaz de gerar maior valor acrescentado não só para a Empresa mas também (senão principalmente) para os clientes. Continuaremos a pautar a nossa atuação com o objetivo de aumentar o nível percebido da nossa proposta de valor, procurando conquistar novos clientes, mas acima de tudo criar mecanismos de lock-in que façam aumentar os níveis de fidelização dos clientes e parceiros atuais, que continuam a ser dos ativos mais valiosos da JP-ik.

Pela importância que revestem, de realçar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a matriz pela qual a JP-ik orienta a sua atuação, procurando que os mesmos estejam presentes em todos os seus projetos e áreas de negócio. Paralelamente, mantemos e queremos reforçar a forte aposta na inovação enquanto fator diferenciador da nossa atuação, pois sabemos que só dessa forma conseguiremos manter o lugar de destaque que hoje temos, sendo uma Empresa conhecida e reconhecida pela qualidade dos seus projetos e pela forma como os executa.

2. INVESTIMENTO

Durante 2015, e depois dos grandes investimentos efetuados nos anos anteriores, nomeadamente na:

- Melhoria e readaptação das instalações de Perafita e reestruturação dos Sistemas de Informação da Empresa.
- Aquisição de um terreno com 8.000 m² situado nas traseiras da sede da JP-ik que teve por finalidade a construção de parque de estacionamento para os funcionários e zona própria para cargas e descargas.
- Elaboração de um estudo prévio para transformação dos terrenos frontais à JP-ik numa zona industrial com construção de armazéns.
- Aquisição de diverso equipamento básico, administrativo e transporte.

O total de investimento em 2015 cifrou-se em 899 milhares de euros, sendo que os principais investimentos estiveram relacionados com:

- Desenvolvimentos efetuados nos novos Sistemas de Gestão (principalmente ERP e WMS), com um investimento de cerca de 500 mil euros.
- Continuação do processo de melhoria e readaptação das instalações de Perafita, com um investimento de cerca de 300 mil euros.

3. GASTOS E RENDIMENTOS

O ano de 2015 fica claramente marcado pelo valor apurado em termos de perdas por imparidade de clientes em cerca de 15 milhões de euros. Esta perda resulta dos acontecimentos relativos projeto Brasil (com uma Imparidade de cerca de 13 milhões de euros – já explicada) e da perspectiva de não recebimento do saldo atual que mantemos sobre o projeto do Gabão, não obstante as inúmeras tentativas de recuperação do valor junto das entidades públicas e altos responsáveis do governo gabonês.

Não fossem as perdas por imparidade de clientes, o ano de 2015 teria sido o melhor ano de sempre da JP-ik em termos de Resultados Líquidos, atingindo, no entanto, esse estatuto em termos de EBITDA, que se cifrou em 28 milhões de euros.

Valores em Euros:	2013	2014	var	2015	var
Volume de Negócios	427.067.896	331.454.934	-22%	287.339.091	-13%
Margem Bruta	28.976.637	29.000.780	0%	33.192.642	14%
EBITDA¹	12.589.766	19.907.826	58%	28.510.559	46%
RAI (Resultado Antes Impostos)	9.055.159	9.832.664	9%	2.867.159	-71%
RLE (Resultado Líquido Exercício)	6.736.001	7.268.349	8%	1.109.640	-85%
Net Cash Flow²	9.406.460	7.563.720	-20%	16.980.340	124%

¹Dado por Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos menos Provisões, Imparidade de Inventários e Imparidade de dívidas a receber.

²Dado pelo Resultado Líquido do Exercício menos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, Imparidade de inventários (perdas/reversões) e Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) e Provisões (aumentos/reduções).

Indo com mais algum detalhe a outras rubricas verifica-se que por via da evolução da atividade da JP-ik, nomeadamente com o reforço da componente de serviços nos projetos internacionais executados durante 2015, foi possível ver a margem bruta reforçada em 2,8 p.p. (de 8,7% em 2014 para 11,6% em 2015). Esta evolução acaba por ser marcante, pois para além de ser uma materialização da estratégia definida, também permitiu acomodar a redução registada de 44 milhões de euros no volume de negócios. De facto, mesmo com essa substancial redução, em termos absolutos a JP-ik libertou uma margem em 2015 de 33 milhões euros, superior em 4 milhões de euros à registada em 2014.

Destaque ainda para o resultado obtido através da YOUTSU (ACE detido a 50% pela JP-ik) que, em 2015, ascendeu a 8.315 mil euros (em 2014: 3.432 mil euros), registados na Demonstração de Resultados por Naturezas na rubrica "Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos

conjuntos", por contrapartida da rubrica do Balanço "Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial".

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (que tiveram uma redução global de cerca de 2,9 milhões de euros), destaca-se como principal contributo a redução registada nos transportes. Como houve menor transacionalidade de produto, todos os custos associados à mesma acabaram por ter uma redução significativa.

Relativamente aos Gastos com Pessoal, ainda que aparentemente não se registem variações expressivas face ao ano transato, a realidade é que por via da necessidade de ajuste da estrutura de pessoal ao negócio, houve um conjunto muito significativo de movimentações de pessoas, com entradas e saídas (para além de um igualmente importante processo de mobilidade interna).

4. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro e taxa de câmbio), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

Nesse âmbito, foi implementado um programa de gestão de risco integrado, que procura minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da Empresa, através de políticas de cobertura específicas.

Sendo o risco cambial um dos que potencialmente mais efeitos adversos pode gerar, por via da presença internacional da Sociedade, a JP-ik optou por uma cobertura natural desse risco, ou seja: em todo o seu negócio internacional financia-se, compra, paga, vende e recebe sempre em USD. Desta forma, ainda que contabilisticamente possam ocorrer significativas variações cambiais, uma vez que os fluxos reais de moeda se efetuam todos em USD, não ocorrem perdas nem ganhos efetivos, pressupondo a continuidade das operações.

Outro risco ao qual a JP-ik está especialmente atenta é o risco de crédito. Relativamente a este, se no mercado nacional a Empresa tem contratada uma apólice de seguro de crédito, nas vendas internacionais, para além desse instrumento, a JP-ik segura-se também através de cartas de crédito ou mecanismos similares.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O facto mais relevante ocorrido após o termo do exercício resulta indubitavelmente da escolha pelo Governo do Quénia da JP-ik, em consórcio com a Univerdade de Moi, para a implementação do seu Programa Nacional de Alfabetização Digital (Digital Literacy Programme).

O consórcio formado pela JP – inspiring knowledge (JP-ik) e a Universidade de Moi foi o grande vencedor em 2 dos 3 lotes para a concretização deste programa revolucionário, que abrange a totalidade do País. O Programa Nacional de Alfabetização Digital foi lançado pelo Governo do Quénia em 2013, com o compromisso de integrar as novas tecnologias em todas as escolas primárias públicas do país.

O consórcio foi selecionado entre um total de 8 entidades a concurso, nas quais se incluíam algumas das mais importantes multinacionais do setor das Tecnologias de Informação e Comunicação, como a Lenovo, a Huawei e a HP.

O papel da JP-ik neste projeto apresenta três dimensões-chave: Tecnologia, com a instalação de salas de aula digitais (com a entrega de dispositivos tecnológicos a alunos e professores); Formação, com a capacitação docente e Engenharia, com a criação de uma unidade local para assemblagem de equipamentos tecnológicos.

Quando concluída a primeira fase da implementação do projeto, no final de Maio de 2016 81 escolas em 26 municípios do Quénia estarão preparadas para esta transformação digital, com 160 professores já capacitados.

Em Junho, terá início a implementação alargada do projeto. Para a levar a cabo, a JP-ik irá gerir uma equipa total de 200 pessoas a atuar no terreno (elementos da JP-ik e locais) que irão proceder, de forma estruturada, à inspeção das escolas, instalação das salas de aula digitais, formação de professores, suporte técnico, gestão dos processos logísticos e todos os demais passos necessários para a concretização do projeto.

A partir de Julho, no interior da Universidade de Moi, a JP-ik iniciará também a implementação da unidade industrial para assemblagem futura dos equipamentos tecnológicos que irão alimentar o projeto a longo-prazo, incluindo ainda um centro de reparação técnica.

No final do projeto, previsto para Março de 2017, terão sido instaladas pela JP-ik mais de 13.500 salas de aula, preparados e capacitados cerca de 33.000 professores e, por último, impactados 695.000 alunos.

Não ocorreram quaisquer acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e / ou divulgação nas contas do exercício.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

De forma a procurar garantir a sustentabilidade e o crescimento futuro da JP-ik, para 2016 e anos seguintes continuarão a ser consideradas como prioritárias as seguintes ações:

NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

- Reforçar e consolidar a área de serviços no campo da educação, nomeadamente no campo das infra-estruturas de sala de aula e formação pedagógica, bem como na área dos serviços industriais que podem ir desde a consultoria e apoio na implementação de unidades de assemblagem à criação de redes de assistência técnica.
- Continuar o desenvolvimento de novos produtos educacionais. Serão definidas novas versões de produtos desenvolvidos já em 2015 para fazer face ao último desenvolvimento tecnológico.
- Reforçar e criar novas parcerias que aumentem a possibilidade de enriquecimento do ecossistema que criamos para a Educação (exemplo disso é a parceria que criamos com a Google, para o

desenvolvimento de novas e inovadoras soluções que reúnam ferramentas de apoio ao estudo nas salas de aula em países emergentes. De salientar que esta parceria em nada afetou a forte parceria que mantemos com a Microsoft e com a Intel)

- Aumentar o número de projetos e vendas nos mais diversos países. O principal projeto previsto para 2016 será o do Quênia.
- Reforço da aposta na primeira marca mundial de equipamentos educativos para consumo privado criada em 2014 pela JP-ik ("Mymaga"). Depois dos primeiros projetos-piloto realizados na Alemanha, França e Reino Unido ainda em 2014, para 2016 perspectiva-se alargar o projeto a outros países europeus com uma nova gama de produtos e conteúdos.

NA ÁREA DA DISTRIBUIÇÃO:

- O ano de 2016 continuará a ser prioritariamente de otimização de processos e aumento de rentabilidade, em detrimento do aumento de faturação.
- Alargar o portfólio de distribuições oficiais das principais marcas do mercado, procurando criar um mix de produtos que permita o aumento de margem e ao mesmo tempo o reforço da posição de um dos maiores e melhores distribuidores nacionais. Poderemos também vir a efetuar acordos tripartidos com fabricantes e outros distribuidores, para que possamos vir a contar com marcas cujos acordos de Distribuição ainda não tenhamos, para que com isso reforçar de forma mais rápida o alargamento do nosso portfólio de produtos.
- Oferecer aos clientes tradicionais da Distribuição um conjunto de serviços e soluções complementares ao negócio, que permitam ações de cross selling com outras Empresas do Grupo e que permitam a melhoria da proposta de valor que a JP-ik tem para oferecer ao mercado.
- Reforçar a cultura de proximidade com os clientes para que com isso nos tornemos o distribuidor de referência no mercado nacional.

7. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

Cumprindo as devidas disposições legais, referimos que à data de 31 de Dezembro de 2015 não existiam dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, e que a sociedade liquida pontualmente todos os impostos e contribuições aos quais se encontra obrigada.

8. RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS SOCIAIS

O número médio mensal de trabalhadores da JP-ik durante o ano de 2015 foi de 242 funcionários (2014: 243).

Trata-se de uma equipa jovem, constituída por colaboradores altamente qualificados e que prima pela sua flexibilidade, eficiente coordenação entre todos os elementos e respeito pelo cliente.

No domínio da política de formação, em 2015 prosseguiu-se com o desenvolvimento de programas específicos de valorização profissional, reforçando a componente técnica, pessoal e social de alguns postos, assim como a aptidão para a utilização de novas tecnologias como forma de incrementar a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa Empresa.

De destacar também o investimento realizado num programa de desenvolvimento dos gestores da Empresa (com continuidade prevista para 2016 e anos seguintes), procurando dotar a JP-ik de primeiras e segundas linhas de Direção capazes de responder aos desafios que diariamente se colocam à Empresa.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Ações Próprias [art.º 66.º n.º 5 alínea. d) do CSC]

A Empresa não adquiriu ou alienou ações próprias durante o exercício de 2015, nem detém ações próprias à data de 31 de Dezembro de 2015.

10. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece a todos aqueles que, em 2015, colaboraram com a Empresa:

- A todos os colaboradores da Empresa (nosso principal Ativo) pela dedicação, competência e compreensão demonstrados. Sem eles seria impossível alcançar a posição que já alcançamos.
- Às Instituições Financeiras e outras Entidades Oficiais com quem trabalhamos, pelo apoio prestado e confiança manifestada;
- Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência com que nos têm distinguido, transmitimos os nossos agradecimentos e votos de relações duradouras;
- Ao Revisor Oficial de Contas, aos Auditores externos e a todos os consultores que nos acompanharam, pela sua colaboração e competência;
- A todos os acionistas, em especial à JP-ik, S.A., pelo apoio na prossecução dos objetivos e por continuarem a acreditar no projeto.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao Resultado Líquido positivo de 1.109.639,92 euros, propomos a seguinte aplicação:

- | | |
|------------------------|----------------|
| ➤ Para Reservas Livres | 1.109.639,92 € |
|------------------------|----------------|

Perafita, Matosinhos, 20 de Maio de 2016

O Conselho de Administração,

JORGE MANUEL F. M. SÁ COUTO
(PRESIDENTE)

JOÃO PAULO F. M. SÁ COUTO
(VICE-PRESIDENTE)

ANEXOS A QUE SE REFERE DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Títulos detidos pelos membros dos Órgãos Sociais e respetivas transações:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SALDO INICIAL 01/01/15	AQUISIÇÕES			ALIENAÇÕES			SALDO FINAL 31/12/15
	QUANT.	DATA	QUANT.	VALOR MÉDIO	DATA	QUANT.	VALOR MÉDIO	QUANT.
Jorge Manuel F. M. Sá Couto	6.000		-	-		-	-	6.000
João Paulo F. M. Sá Couto	12.100		-	-		-	-	12.100

ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

ACCIONISTAS DA J. P. Sá Couto, S.A.	N.º ACÇÕES DETIDAS EM 31/12/2015
JP-IK, S.A.	2.475.000

ACCIONISTAS DA JP-IK, S.A.	N.º ACÇÕES DETIDAS EM 31/12/2015
Jorge Manuel F. M. Sá Couto	4.999.775
João Paulo F. M. Sá Couto	4.999.775

O Conselho de Administração,

JORGE MANUEL F. M. SÁ COUTO
(PRESIDENTE)

JOÃO PAULO F. M. SÁ COUTO
(VICE-PRESIDENTE)

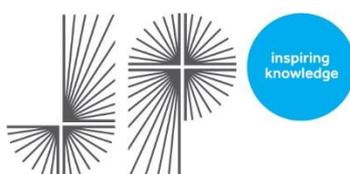
JP SÁ COUTO, SA

—inspiring knowledge—



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015



JP SÁ COUTO, S. A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5.	7.224.757	7.086.374
Ativos intangíveis	6.	635.785	1.129.323
Participações financeiras - método eq. patrimonial	7.	8.315.453	3.432.288
Participações financeiras - outros métodos	7.	38.652	35.251
Ativos por impostos diferidos	8.	968.656	285.577
Outras contas a receber	13.	443.100	443.100
Total do ativo não corrente		17.626.402	12.411.913
Ativo corrente:			
Inventários	9.	33.893.536	65.376.591
Clientes	10.	59.429.878	76.112.963
Adiantamentos a fornecedores	11.	253.910	1.083.777
Estado e outros entes públicos	12.	6.258.266	1.655.819
Outras contas a receber	13.	39.631.256	7.750.561
Diferimentos	14.	306.587	250.063
Outros ativos financeiros	15.	150.000	250.000
Caixa e depósitos bancários	4.	13.397.111	9.340.065
Total do ativo corrente		153.320.544	161.819.840
TOTAL DO ATIVO		170.946.946	174.231.753
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31.12.2015	31.12.2014
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	16.	2.500.000	2.500.000
Reservas legais	17.	500.000	500.000
Outras reservas	18.	31.887.756	25.091.033
Resultado líquido do exercício		1.109.640	7.268.349
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		35.997.396	35.359.382
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Provisões	19.	197.240	977.201
Financiamentos obtidos	20.	7.953.148	2.400.336
Total do passivo não corrente		8.150.389	3.377.536
Passivo corrente:			
Fornecedores	21.	35.892.604	67.852.680
Adiantamentos de clientes	22.	518.578	289.781
Estado e outros entes públicos	12.	2.574.663	3.650.325
Financiamentos obtidos	20.	80.611.626	57.239.652
Outras contas a pagar	23.	7.201.691	6.462.397
Total do passivo corrente		126.799.162	135.494.835
TOTAL DO PASSIVO		134.949.551	138.872.371
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		170.946.946	174.231.753

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Contabilista Certificado,
Pedro Lopes
C.C. N.º 68 609

O Conselho de Administração,
Jorge Sá Couto
João Paulo Sá Couto

JP SÁ COUTO, S. A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(valores expressos em euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Vendas e serviços prestados	24.;35.	287.339.091	331.454.934
Ganhos/perdas imputados de subs., associadas e empreend. conjuntos	7.	8.315.453	3.432.288
Varição nos inventários da produção	25.	(5.633.303)	5.174.332
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26.	(248.513.146)	(307.628.486)
Fornecimentos e serviços externos	27.	(7.297.095)	(10.173.634)
Gastos com o pessoal	28.	(7.071.758)	(7.086.429)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9.	(510.910)	1.052.347
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.;13.	(15.001.112)	(701.044)
Provisões (aumentos/reduções)	19.	779.960	375.232
Outros rendimentos e ganhos	29.	23.614.667	10.599.874
Outros gastos e perdas	30.	(22.243.350)	(6.216.355)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.778.496	20.283.058
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31.	(1.138.637)	(1.021.905)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.639.859	19.261.153
Juros e rendimentos similares obtidos	32.	5.710.834	2.203.791
Juros e gastos similares suportados	32.	(15.483.534)	(11.632.280)
Resultado antes de impostos		2.867.159	9.832.664
Imposto sobre o rendimento do período	33.	(2.440.598)	(2.442.177)
Imposto diferido	33.	683.079	(122.137)
Resultado líquido do período		1.109.640	7.268.349
Resultado por acção básico	34.	0,44	2,91

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Contabilista Certificado,
Pedro Lopes
C.C. N.º 68 609

O Conselho de Administração,
Jorge Sá Couto
João Paulo Sá Couto

JP SÁ COUTO, S. A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(valores expressos em euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		288.157.077	420.500.634
Pagamentos a fornecedores		(296.069.022)	(375.524.521)
Pagamentos ao pessoal		(7.546.493)	(6.762.903)
Caixa gerada pelas operações		(15.458.438)	38.213.210
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.274.865)	(448.246)
Outros recebimentos/pagamentos		3.859.719	5.362.745
		584.854	4.914.499
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(14.873.584)	43.127.708
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(707.928)	(1.364.050)
Activos intangíveis		(74.175)	(273.494)
		(782.103)	(1.637.544)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		28.408	40.996
Juros e rendimentos similares		106.011	229.016
Dividendos		3.432.288	4.121.693
		3.566.706	4.391.705
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		2.784.603	2.754.161
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		693.563.355	334.182.860
		693.563.355	334.182.860
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(672.061.208)	(368.270.547)
Juros e gastos similares		(5.965.002)	(6.305.269)
Dividendos		(500.000)	(4.100.000)
Outras operações de financiamento		(90.090)	(4.720.072)
		(678.616.300)	(383.395.887)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		14.947.055	(49.213.027)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4.	2.858.074	(3.331.158)
Efeito das diferenças de câmbio		1.198.972	(721.889)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.	9.340.065	13.393.112
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.	13.397.111	9.340.065

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Contabilista Certificado,
Pedro Lopes
C.C. N.º 68 609

O Conselho de Administração,
Jorge Sá Couto
João Paulo Sá Couto

JP SÁ COUTO, S. A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(valores expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01 de Janeiro de 2015 (1)		2.500.000	500.000	25.091.033	7.268.349	35.359.382
Alterações no período						
Aplicação de Resultados		-	-	7.268.349	(7.268.349)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	28.374	-	28.374
(2)		<u>2.500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>32.387.756</u>	<u>-</u>	<u>35.387.756</u>
Resultado líquido do Período (3)					<u>1.109.640</u>	<u>1.109.640</u>
Resultado Integral (4=2+3)					<u>1.109.640</u>	<u>1.109.640</u>
Operações com detentores de capital no período						
Distribuição Dividendos	18.	-	-	(500.000)	-	(500.000)
(5)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500.000)</u>	<u>1.109.640</u>	<u>(500.000)</u>
Posição em 31 de Dezembro de 2015 (1+2+3+5)		<u>2.500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>31.887.756</u>	<u>1.109.640</u>	<u>35.997.396</u>

O Contabilista Certificado,
Pedro Lopes
C.C. N.º 68 609

O Conselho de Administração,
Jorge Sá Couto
João Paulo Sá Couto

JP SÁ COUTO, S. A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(valores expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01 de Janeiro de 2014 (1)		2.500.000	500.000	22.426.901	6.736.001	32.162.902
Alterações no período						
Aplicação de Resultados		-	-	6.736.001	(6.736.001)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	28.131	-	28.131
(2)		<u>2.500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>29.191.033</u>	<u>-</u>	<u>32.191.033</u>
Resultado líquido do Período (3)					<u>7.268.349</u>	<u>7.268.349</u>
Resultado Integral (4=2+3)					<u>7.268.349</u>	<u>7.268.349</u>
Operações com detentores de capital no período						
Distribuição Dividendos		-	-	(4.100.000)	-	(4.100.000)
(5)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.100.000)</u>	<u>7.268.349</u>	<u>(4.100.000)</u>
Posição em 31 de Dezembro de 2014 (1+2+3+5)		<u>2.500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>25.091.033</u>	<u>7.268.349</u>	<u>35.359.382</u>

O Contabilista Certificado,
Pedro Lopes
C.C. N.º 68 609

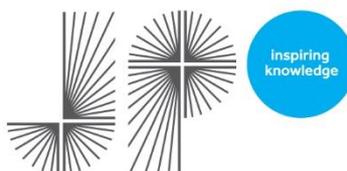
O Conselho de Administração,
Jorge Sá Couto
João Paulo Sá Couto

JP SÁ COUTO, SA

—inspiring knowledge—



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2015



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A J.P. Sá Couto, SA (doravante, JP-ik) tem a sua sede na Rua da Guarda, 675, freguesia de Perafita, Concelho de Matosinhos, foi constituída por escritura pública em 3 de Março de 1989, como sociedade por quotas, tendo-se transformado em sociedade anónima, em 2004, sendo participada em 99% pela JP-ik, S.A., sediada no mesmo prédio da primeira.

Tem por atividade principal a Fabricação de Computadores e Comercialização de Componentes Informáticos, que representa 100% do volume de negócios.

A 14 de abril de 2014 foi constituída a JP Sá Couto, SA – Sucursal Bolívia, sociedade com sede em La Paz, Bolívia.

É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da JP-ik, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de Preparação

Em 2015 as demonstrações financeiras da JP-ik, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela JP-ik, com impacto significativo na quantia escriturada dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas de sistema de normalização contabilística.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras Contas a receber e a pagar" e "diferimentos" (Nota 13, 14 e 23).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Ativos e Passivos por Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Ativos e Passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

i) Juízos de valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

j) Principais pressupostos relativos ao futuro

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente surjam, serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

O valor dos investimentos financeiros sujeitos a testes de imparidade efetuados no final do exercício, está condicionado pela efetivação dos pressupostos usados nesses mesmos testes.

k) Efeitos futuros das alterações ao sistema de normalização contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos, não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

l) Gestão de Risco

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro e taxa de câmbio), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RISCO DE MERCADO/RISCO TAXA DE JURO/RISCO CAMBIAL

A Administração da JP-ik tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Na atividade operacional da JP-ik, esta utiliza o Dólar dos Estados Unidos da América (USD) para grandes volumes de compras e venda. A cobertura feita é natural (através de financiamentos e depósitos à ordem em USD) utilizando esporadicamente swaps cambiais. A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não havia nenhum investimento desta natureza em aberto.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes. O risco de crédito é avaliado pela Direção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da JP-ik. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. Todos os créditos estão segurados através de uma instituição de seguro de crédito, a COSEC em 2014 e a CREDITO Y CAUCION SA - SUCURSAL PORTUGAL em 2015. O risco de crédito é reduzido.

RISCO DE LIQUIDEZ

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência ao nível central, de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à JP-ik, uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante, através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

RISCO DE CAPITAL

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A JP-ik procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

31.12.2015	31.12.2014
Grau Alavancagem Financeira	0,68
0,68	0,59

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Participações Financeiras

ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a JP-ik tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Capital pós-aquisição são reconhecidos em Capital. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento na Associada. Quando a parte da empresa nas perdas da Associada iguala ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efetuados pagamentos por conta da associada.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

É considerado empreendimento conjunto o A.C.E. – “Youtsu” constituído em 2007 detido em 50% pela JP-ik e outros 50% pelo outro membro “Prológica – Sistemas Informáticos, S.A.”. O valor correspondente à quota-parte dos resultados atribuídos à JP-ik, é registado na rubrica “Participações financeiras – Método Equivalência Patrimonial”, sendo os empreendimentos conjuntos valorizados pelo Método da Equivalência Patrimonial.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

OUTRAS PARTICIPAÇÕES

São consideradas como "outras participações" aquelas participações financeiras inferiores a 20%, e devem ser valorizadas ao justo valor, sendo as alterações posteriores do justo valor registadas por contrapartida de resultados. Caso o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade a participação deve ser mensurada ao custo, sendo neste caso sujeita a teste de imparidade anual. Eventuais perdas de imparidade que venham a ser registadas não são reversíveis.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da JP-ik são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e Gastos similares suportados/Juros e rendimentos similares obtidos", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos e perdas/Outros Rendimentos e ganhos", para todos os outros saldos/transações.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>CLASSE DE BENS</u>	<u>ANOS DE VIDA ÚTIL</u>
Edifícios e Outras Construções	5 a 20
Equipamento Básico	4 a 8
Equipamento de Transporte	4 a 8
Ferramentas e Utensílios	3 a 7
Equipamento Administrativo	2 a 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Os gastos ou perdas resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS DE VIDA ÚTIL
<i>Software</i>	3
Propriedade industrial e outros direitos	3

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Imparidade de ativos

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior à quantia escriturada dos ativos, a JP-ik avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A empresa classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício na rubrica de "Outros Gastos e Perdas/Outros Rendimentos e Ganhos", exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A empresa avalia, a cada data de relato financeiro, a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a JP-ik reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Estes ativos são originados quando a empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor. São incluídos nos ativos correntes, exceto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não-correntes.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação, sendo valorizados subsequentemente ao valor de mercado - "Mark-to-Market". A empresa apenas detém instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de outros rendimentos ou gastos.

3.8. Imposto sobre o rendimento

A JP-ik encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado de 1,5% e a taxa de derrama Estadual de 3% sobre os lucros de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros e de 5% sobre os lucros superiores a 7.500.000 euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A JP-ik procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre a quantia escriturada dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF25 – Impostos diferidos. Em 2015, a taxa utilizada para cálculo dos impostos diferidos foi a taxa efetiva de imposto.

A taxa de imposto aplicada à JP SA COUTO S.A. - SUCURSAL BOLIVIA foi de 25% sobre a matéria coletável. Como se trata de uma Sucursal, presume-se pela legislação da Bolívia a distribuição do RLE como dividendos e consequentemente ao invés da retenção, é-lhes aplicado um imposto adicional de 12,5% sobre o resultado, com caráter de pagamento único e definitivo.

3.9. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Os inventários são reduzidos para o seu valor realizável líquido nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A reversão de ajustamentos de períodos anteriores é registada quando existem indícios de que os ajustamentos já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração de resultados na rubrica de "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia dos ajustamentos acumulados antes reconhecidos.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º da Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho.

3.10. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.12. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A JP-ik classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros pagos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio, quando realizadas.

3.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política 3.3 acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

i) COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foram como segue:

		2015		2014	
		Final do Exercício	Média do Exercício	Final do Exercício	Média do Exercício
Dólar americano	USD	1,0887	1,1100	1,2141	1,3286
Libra Esterlina	GBP	0,7340	0,7258	0,7789	0,8063

fonte: Bloomberg

Os dividendos são reconhecidos quando existe o direito de os receber.

3.19. Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da empresa utiliza estimativa e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

PROVISÕES

A JP-ik analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da JP-ik, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à JP-ik.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para utilização da diferença temporária. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação dos impostos diferidos são utilizadas as taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos ou da liquidação dos passivos por impostos diferidos.

A taxa de imposto considerada para efeitos de mensuração de impostos diferidos é a taxa efetiva de imposto.

4. FLUXOS DE CAIXA – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	46.863	33.573
Depósitos à ordem	4.514.186	1.222.214
Depósitos à prazo	8.836.062	8.084.279
Total	13.397.111	9.340.065

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

31.12.2015	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total activos fixos tangíveis
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	3.302.418	3.028.669	1.715.367	636.685	1.475.899	174.674	938.140	11.271.853
Aquisições	-	-	58.583	7.258	39.292	28.805	609.104	743.041
Alienações	-	-	(19.641)	(91.310)	-	-	-	(110.951)
Regularizações, transf. e abates	-	110.169	(1.653)	-	1.653	(9.066)	(110.169)	(9.066)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.302.418	3.138.838	1.752.657	552.634	1.516.843	194.413	1.437.074	11.894.877
DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	-	(808.261)	(1.565.664)	(284.636)	(1.395.926)	(130.992)	-	(4.185.479)
Depreciações do exercício	-	(308.376)	(80.429)	(91.566)	(62.333)	(28.220)	-	(570.924)
Alienações	-	-	19.641	60.974	-	-	-	80.615
Regularizações, transf. e abates	-	-	1.653	-	(1.653)	5.667	-	5.667
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	-	(1.116.636)	(1.624.800)	(315.228)	(1.459.912)	(153.544)	-	(4.670.120)
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015	3.302.418	2.022.202	127.857	237.406	56.931	40.868	1.437.074	7.224.757

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

31.12.2014	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total ativos fixos tangíveis
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	2.972.418	1.400.884	1.633.104	616.956	1.387.461	153.748	1.704.265	9.868.836
Aquisições	330.000	12.425	82.714	113.941	97.096	28.239	849.234	1.513.649
Alienações	-	-	(450)	(66.712)	-	-	-	(67.162)
Regularizações, transf. e abates	-	1.615.360	-	(27.500)	(8.658)	(7.313)	(1.615.360)	(43.471)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3.302.418	3.028.669	1.715.367	636.685	1.475.899	174.674	938.140	11.271.853
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	-	(505.394)	(1.442.887)	(258.556)	(1.286.445)	(115.432)	-	(3.608.714)
Depreciações do exercício	-	(302.867)	(123.214)	(99.512)	(110.993)	(18.432)	-	(655.018)
Alienações	-	-	450	58.987	-	-	-	59.437
Regularizações, transf. e abates	-	-	(13)	14.446	1.511	2.872	-	18.816
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(808.261)	(1.565.664)	(284.636)	(1.395.926)	(130.992)	-	(4.185.479)
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014	3.302.418	2.220.409	149.703	352.049	79.973	43.682	938.140	7.086.374

Os valores a 31 de Dezembro de 2015 da rubrica de Investimentos em curso dizem respeito a obras levadas a cabo nas instalações em que a JP-ik se encontra, para a construção de acessos e de um parque de estacionamento, que terminarão durante 2016 (498.935 euros), à aquisição de um terreno e de projetos no Gabão (638.140 euros), e ao estudo prévio do loteamento da zona industrial de perafita (300.000 euros).

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no período ascendeu a 570.924 euros (655.018 euros em 2014) (Nota 31).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas amortizações, foi o seguinte:

31.12.2015	Proj. Desenvolvimento	Software	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total activos Intangíveis
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	-	1.525.573	50.000	76.960	120.000	1.772.533
Aquisições	58.175	-	-	-	16.000	74.175
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transf. e abates	136.000	-	-	-	(136.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	194.175	1.525.573	50.000	76.960	-	1.846.708
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	-	(559.603)	(6.647)	(76.960)	-	(643.210)
Depreciações do exercício	(57.317)	(506.928)	(3.468)	-	-	(567.713)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(57.317)	(1.066.531)	(10.116)	(76.960)	-	(1.210.923)
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015	136.858	459.042	39.884	-	-	635.785

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

31.12.2014	Proj. Desenvolvimento	Software	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total activos Intangíveis
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	-	874.346	50.000	76.960	343.989	1.345.295
Aquisições	-	42.370	-	-	384.868	427.238
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transf. e abates	-	608.857	-	-	(608.857)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	1.525.573	50.000	76.960	120.000	1.772.533
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	-	(196.184)	(3.179)	(76.960)	-	(276.324)
Depreciações do exercício	-	(363.419)	(3.468)	-	-	(366.887)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações, transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(559.603)	(6.647)	(76.960)	-	(643.210)
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014	-	965.970	43.353	-	120.000	1.129.323

O valor de ativos intangíveis resulta do investimento efetuado no novo sistema ERP implementado durante 2013 e 2014.

A amortização de ativos intangíveis no valor de 567.713 euros (366.887 euros em 2014) está incluída na rubrica Gastos / Reversões de depreciação e de amortização (Nota 31).

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O valor de 8.315.453 euros na rubrica de Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial corresponde à quota-parte dos resultados de 2015 atribuídos à JP-ik, pelo agrupamento complementar de empresas (ACE) Youtsu, em que a empresa participa a 50%.

As transações com o Youtsu foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os movimentos ocorridos no valor das Participações Financeiras foram os seguintes:

Participações financeiras - método da equivalência patrimonial				
31 de Dezembro de 2015	Saldo inicial	Dividendos Recebidos	Imputação resultados	Total
EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS				
Youtsu - ACE	3.432.288	(3.432.288)	8.315.453	8.315.453
Total	3.432.288	(3.432.288)	8.315.453	8.315.453

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Participações financeiras - método da equivalência patrimonial				
31 de Dezembro de 2014	Saldo inicial	Dividendos Recebidos	Imputação resultados	Total
EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS				
Youtsu - ACE	4.121.255	(4.121.255)	3.432.288	3.432.288
Total	4.121.255	(4.121.255)	3.432.288	3.432.288

Os ganhos relativos ao Método da Equivalência Patrimonial foram registados na rubrica da Demonstração de Resultados por Natureza "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos".

Não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de participações no período:

YOUTSU, ACE		
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado Líquido do Exercício	16.630.907	6.864.576
% Participação	50%	50%
Participação Financeira - MEP	8.315.453	3.432.288

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à incluída nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentadas pelo Youtsu, ACE.

OUTROS MÉTODOS

A rubrica "Participações financeiras – outros métodos" inclui os investimentos em participadas a seguir identificadas, na qual a empresa não exerce controlo.

Participações financeiras - outros métodos			
31 de Dezembro de 2015	Saldo inicial	Aquisição Acções	Total
AMB3E	10.000	-	10.000
SPGM	5.010	-	5.010
NORGARANTE	17.500	-	17.500
AEP	2.100	-	2.100
Contribuições para FCT	641	3.401	4.042
Total	35.251	3.401	38.652

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

8. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Saldo em 01 de Janeiro de 2015	Constituição		Reversão		Saldo em 31 de Dezembro de 2015
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade clientes	11.961	-	-	(9.181)	-	2.780
Provisão com garantias a clientes	273.616	-	-	(222.176)	-	51.440
Youtsu ACE - Imparidade dívidas de clientes	-	473.583	-	-	-	473.583
Youtsu ACE - Provisões garantias a clientes	-	440.852	-	-	-	440.852
	285.577	914.435	-	(231.356)	-	968.656

	Saldo em 01 de Janeiro de 2014	Constituição		Reversão		Saldo em 31 de Dezembro de 2014
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Activos Intangíveis Despesas I&D	2.533	-	-	(2.533)	-	-
Perdas por imparidade clientes	-	11.961	-	-	-	11.961
Provisão com garantias a clientes	378.681	-	-	(105.065)	-	273.616
Perdas instrumentos financeiros	26.501	-	-	(26.501)	-	-
	407.714	11.961	-	(134.098)	-	285.577

As imparidades de clientes e provisões com garantias a clientes, uma vez que foram registadas pelo agrupamento complementar de empresas (ACE) Youtsu, originaram IDA correspondentes à quota-parte em que a JP-ik participa.

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Mercadorias	21.992.524	41.380.448
Matérias primas subsidiárias e de consumo	8.897.791	14.848.709
Produtos acabados	6.684.752	12.318.055
	37.575.067	68.547.212
Ajustamentos de inventários	(3.681.531)	(3.170.621)
	33.893.536	65.376.591

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

O valor total de inventário inclui o valor da Sucursal na Bolívia com um impacto de 7.535.281 euro (27.137.549 euro em 2014).

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica "Ajustamentos", foram os seguintes:

Ajustamentos	31.12.2015			TOTAL
	Mercadoria	Mat. Prima	Prod. Acabado	
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	762.584	1.731.216	676.822	3.170.621
Aumento	368.577	1.859.640	637.983	2.866.200
Reversão	(511.138)	(1.225.984)	(618.168)	(2.355.290)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	620.023	2.364.872	696.637	3.681.531

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

Clientes	31.12.2015	31.12.2014
Clientes conta corrente	59.429.878	76.112.963
Clientes de cobrança duvidosa	17.859.708	2.833.595
	77.289.586	78.946.558
Perdas por imparidade acumuladas	(17.859.708)	(2.833.595)
	59.429.878	76.112.963

Do valor de 59.429.878 (76.112.963 euros em 2014), 3.738.476 euros (3.604.429 euros em 2014) foram objeto de contrato de factoring com recurso, cujo adiantamento se encontra na rubrica "Outras contas a pagar" – (nota 23) e 14.724.459 euros (8.694.261 euros em 2014) foram objeto de contrato de factoring sem recurso.

Clientes	31.12.2015			31.12.2014		
	Clientes gerais	Grupo / relacionados (Nota 35)	TOTAL	Clientes gerais	Grupo / relacionados (Nota 35)	TOTAL
Clientes conta corrente	56.781.711	2.648.168	59.429.878	73.628.856	2.484.107	76.112.963
Clientes de cobrança duvidosa	17.859.708	-	17.859.708	2.833.595	-	2.833.595
	74.641.418	2.648.168	77.289.586	76.462.451	2.484.107	78.946.558

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	2.833.595	2.511.312
Aumento	15.429.556	596.666
Reversão	(403.444)	(274.383)
Saldo a 31 de Dezembro	17.859.708	2.833.595

O aumento das imparidades constituídas em 2015, correspondem essencialmente a créditos em mora há mais de 24 meses.

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica, no valor de 253.910 euros (1.083.777 euros em 2014), compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo apresentava os seguintes saldos:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	687.283	-	-	134.890
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	2.329.200	-	3.276.761
Credito fiscal Estado Boliviano - Sucursal Bolívia	5.570.982	-	1.655.819	-
Retenção Impostos a terceiros	-	134.354	-	125.465
Segurança Social	-	111.110	-	113.208
	6.258.266	2.574.663	1.655.819	3.650.325

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Sucursal Bolívia- acréscimo rendimentos	-	33.596.694	-	-
Suprimentos - MGBO	-	5.257.848	-	4.714.784
Comparticipações a receber de fornecedores	-	353.761	-	1.215.298
Rappel a obter	-	321.915	-	611.732
Sucursal Bolívia- Outros Devedores	-	169.440	-	382.597
Outros devedores	-	159.013	-	141.782
Pessoal	-	100.572	-	70.893
Outros devedores por acréscimo de rendimentos	-	25.773	-	39.946
Descontos e abatimentos em stocks	-	-	-	952.289
Cauções Prestadas	443.100	-	443.100	-
	443.100	39.985.017	443.100	8.129.322
Perdas por imparidade acumuladas	-	(353.761)	-	(378.761)
Outras contas a receber	443.100	39.631.256	443.100	7.750.561

Perdas por imparidades	31.12.2015	31.12.2014
Saldo em 01 de Janeiro	378.761	-
Aumento	-	378.761
Reversão	(25.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro	353.761	378.761

Os valores a 31 de Dezembro de 2015 da rubrica "Suprimentos – MGBO" dizem respeito ao contrato de crédito celebrado, que não tem data fixa de reembolso e não vence juros. A rubrica "Sucursal Bolívia – acréscimo rendimentos" é referente a material vendido em 2015 e faturado em 2016.

As perdas por imparidade são referentes à rubrica "Comparticipações a receber de fornecedores".

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo foram como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	115.950	105.278
Outros gastos a reconhecer	115.277	74.777
Juros / Comissões	75.360	30.521
Rendas	-	39.486
	306.587	250.063

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica inclui, essencialmente, obrigações e outras aplicações que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo em 01 de Janeiro	250.000	250.000
Aumento (diminuição)	(100.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro	150.000	250.000

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica incluía obrigações no BIC (150.000 euros - Obrigações) e outras aplicações na CGD (100.000 euros – Caixa Seguro Capital Mais) que terminou em 31 de Dezembro de 2015.

16. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.500.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

A JP-IK, S.A. é detentora de 99% do capital que corresponde a 2.475.000 euros.

17. RESERVAS LEGAIS

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal encontra-se totalmente constituída.

18. OUTRAS RESERVAS

Estas reservas são constituídas de acordo com os estatutos e por proposta do Conselho de Administração, sendo sujeitas a aprovação em sede de Assembleia-Geral.

A variação desta rubrica deve-se à aplicação do resultado de 2014, tendo sido distribuídos dividendos no valor de 500.000 euros, em 2015.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

19. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi o seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo em 01 de Janeiro	977.201	1.352.433
Reforço no período	-	33.669
Reduções no período	(779.961)	(408.901)
Saldo em 31 de Dezembro	197.240	977.201

A redução da provisão de garantias a clientes resulta do critério seguido face aos custos históricos já incorridos com a assistência de máquinas em garantias, assumindo-se que este custo é linear durante o período vigente da garantia.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	65.355.550	3.407.938	68.763.487	57.073.915	2.071.888	59.145.803
Papel Comercial	1.102.232	4.408.928	5.511.160	-	-	-
Contas caucionadas	5.495.000	-	5.495.000	10.000	-	10.000
Loações financeiras	70.520	16.283	86.802	35.737	88.448	124.185
Outros empréstimos (Nota 36)	8.588.324	120.000	8.708.324	120.000	240.000	360.000
Dívida bruta	80.611.626	7.953.148	88.564.774	57.239.652	2.400.336	59.639.988

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Existe um financiamento que apresenta obrigação de rácios financeiros. Esses rácios estão a ser cumpridos a 31.12.2015.

A rubrica outros empréstimos é referente ao empréstimo entre a AT Informática – Assistência Técnica Informática, Lda. e a JP-ik, no valor de 240.000 euros, o qual vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas EURIBOR a três meses, acrescida de um "spread" de 3,875%, com maturidade em Outubro de 2017 e ao empréstimo entre a Youtsu ACE e a JP-ik no valor de 8.468.324 euros, o qual vence juro anual de 0,5%, com maturidade em Fevereiro de 2016.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Como contrapartida da linha de financiamento para grandes projetos (Venezuela, Bolívia, Brasil) existe um penhor genérico sobre os inventários adquiridos para os mesmos, bem como, sobre a marca Magalhães.

Os empréstimos não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	31.12.2015	31.12.2014
1 a 5 anos	7.953.148	2.400.336
Mais de 5 anos	-	-
Total	7.953.148	2.400.336

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31.12.2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	19.915	19.915	-
Equipamento de transporte	293.603	157.365	136.238
Total	313.518	177.280	136.238

O valor dos financiamentos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 dividem-se nas seguintes moedas:

	31.12.2015	31.12.2014
EUR	28.453.494 €	9.713.288 €
USD	60.111.280 €	49.926.700 €
	88.564.774 €	59.639.988 €

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Fornecedores gerais	Grupo (Nota 35)	Total	Fornecedores gerais	Grupo (Nota 35)	Total
Fornecedores conta corrente	35.353.921	538.683	35.892.604	67.213.028	639.652	67.852.680
	35.353.921	538.683	35.892.604	67.213.028	639.652	67.852.680

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

O saldo desta rubrica, no valor de 518.578 euros (289.781 euros em 2014), compreende os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas.

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
	Corrente	Corrente
Factoring com recurso	3.738.476	3.604.429
Outros credores por acréscimo de gastos	1.134.988	370.512
Comparticipações a conceder a clientes	979.526	433.893
Remunerações a liquidar	655.782	741.711
Juros a liquidar	402.286	568.102
Outras contas a pagar	237.105	173.001
Sucursal Bolívia - Outros Credores	43.807	-
Seguros a liquidar	9.721	68.413
Pessoal - Dist. Resultados	-	502.337
Total	7.201.691	6.462.397

Os outros credores por acréscimos de gastos incluem essencialmente serviços de 2015 faturados em 2016.

24. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e serviços prestados nos períodos de 2015 e de 2014 foram como segue:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	131.747.095	154.904.781	286.651.876	140.412.058	190.923.843	331.335.901
Serviços prestados	51.285	635.929	687.214	65.442	53.591	119.033
	131.798.381	155.540.710	287.339.091	140.477.500	190.977.434	331.454.934

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

25. VARIÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo em 01 de Janeiro	12.318.055	7.143.723
Regularizações	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	6.684.752	12.318.055
Varição da produção	(5.633.303)	5.174.332

26. CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS E DE MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo de mercadorias vendidas e de matérias consumidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é detalhado como segue:

	2015			2014		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo em 01 de Janeiro	14.848.709	41.380.449	56.229.158	13.180.422	16.176.360	29.356.782
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	54.282.699	168.891.604	223.174.303	82.304.511	252.196.351	334.500.862
Saldo em 31 Dezembro	8.897.791	21.992.524	30.890.315	14.848.709	41.380.449	56.229.158
Custo de vendas	(60.233.618)	(188.279.529)	(248.513.146)	(80.636.224)	(226.992.262)	(307.628.486)

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Trabalhos especializados	1.920.699	2.514.490
Transportes de mercadorias	1.292.815	2.744.935
Deslocações e estadas	938.863	789.099
Publicidade e propaganda	541.481	443.931
Rendas e alugueres	462.345	453.189
Honorários	375.585	226.105
Serviços bancários	330.077	190.012
Seguros	321.505	504.834
Materiais	253.301	208.690
Despesas de representação	170.730	206.873
Comunicação	160.183	216.509
Conservação e reparação	138.583	122.023
Energia e fluídos	123.489	110.306
Subcontratos	45.759	1.287.476
Contencioso e notariado	34.674	48.118
Limpeza, higiene e conforto	34.340	35.926
Outros	152.665	71.118
	7.297.095	10.173.634

28. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Remunerações dos órgãos sociais	238.750	320.350
Remunerações do pessoal	5.098.554	4.721.895
Gratificações	-	500.000
Encargos sobre remunerações	1.089.495	1.058.597
Seguros	28.254	24.174
Gastos de ação social	6.875	-
Outros gastos com pessoal	609.830	461.413
	7.071.758	7.086.429

O número médio de empregados da Empresa no período de 2015 foi de 242 e no período de 2014 de 243.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

29. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Diferenças de câmbio favoráveis	21.678.210	6.976.097
Recuperação gastos operacionais	1.104.255	1.896.895
Excesso de estimativa de Impostos	311.446	503.345
Rendimentos Suplementares	149.479	89.095
Ganhos em Instrumentos Financeiros	-	94.644
Outros	371.277	1.039.797
	23.614.667	10.599.874

A variação significativa das diferenças cambiais deve-se à evolução do dólar em 2015 face a 2014, encontrando-se em parte compensada pelo aumento significativo das diferenças cambiais desfavoráveis (Nota 30).

30. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14.868.384	1.013.919
Imposto sobre Transações - Sucursal Bolívia	1.899.546	1.053.951
Impostos - Sucursal Bolívia	550.252	13.180
Perdas em inventários	547.287	897.690
Donativos	398.543	342.721
Ofertas e amostras de inventários	276.898	124.732
Descontos de pronto pagamento concedidos	247.355	336.106
Dividas incobráveis	227.554	107.780
Quotizações	30.153	28.543
Impostos	16.504	10.757
Gastos e perdas em inv. não financeiros	16.234	11.646
Perdas em instrumentos financeiros	-	50.788
Outros	3.164.640	2.224.541
	22.243.350	6.216.355

A rubrica de Perdas em inventários é relativa a abate de material informático obsoleto.

A variação significativa das diferenças cambiais deve-se à evolução do dólar em 2015 face a 2014, encontrando-se em parte compensada pelo aumento significativo das diferenças cambiais favoráveis (Nota 29).

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

31. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	570.924	655.018
Ativos intangíveis (Nota 6)	567.713	366.887
	1.138.637	1.021.905

32. JUROS E RENDIMENTOS / GASTOS SIMILARES

Os juros e rendimentos / gastos similares, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Diferenças de câmbio favoráveis	5.659.424	2.015.292
Rec. Gastos Fin. + Juros Obtidos	51.410	188.499
	5.710.834	2.203.791
Juros e gastos similares suportados		
Juros e gastos suportados	5.735.803	5.239.161
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9.747.731	6.393.119
	15.483.534	11.632.280
	(9.772.700)	(9.428.489)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto corrente	(2.440.598)	(2.442.177)
Imposto diferido	683.079	(122.137)
Imposto sobre o rendimento do período	(1.757.519)	(2.564.314)
Imposto sobre o rendimento	(1.757.519)	(2.564.314)

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

A taxa de imposto à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 era a seguinte:

Imposto corrente do exercício	31.12.2015
Taxa Base	21%
Derrama	1,50%
Derrama Estadual	
Mais €1.500.000 até €7.500.000	3%
Mais €7.500.000 até €35.000.000	5%
Superior a €35.000.000	7%

Imposto corrente do exercício	31.12.2014
Taxa Base	23%
Derrama	1,50%
Derrama Estadual	
Mais €1.500.000 até €7.500.000	3%
Mais €7.500.000 até €35.000.000	5%
Superior a €35.000.000	7%

A taxa de imposto aplicável para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de 21% (23% para 2014), acrescida de 1,5% de derrama municipal e de 3% de derrama estadual sobre os lucros de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros e de 5% sobre os lucros superiores a 7.500.000 euros.

A reconciliação do imposto sobre o rendimento entre a taxa teórica e a efetiva é a seguinte:

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes de impostos	2.867.159	9.832.664
Taxa de imposto	21%	23%
Imposto expectável	602.103	2.261.513
Diferença Imposto na Sucursal - a)	991.632	19.568
Efeito fiscal gerado por:		
Benefícios fiscais	(66.205)	(22.600)
Benefícios fiscais de anos anteriores	(81.225)	(115.769)
Tributação Autónoma	66.168	77.419
Derrama	78.678	129.162
Derrama estadual	112.356	235.541
Diferenças Permanentes	55.127	(38.666)
Outros	(1.115)	18.146
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.757.519	2.564.314
Taxa efectiva de imposto	61,30%	26,08%

a) - Valor referente a imposto apurado na sucursal da Bolívia.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

34. DIVIDENDOS E RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2015	31.12.2014
Resultados		
Resultados para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação básico		
Resultado líquido do período	1.109.640	7.268.349
Efeito das ações potenciais		
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>1.109.640</u>	<u>7.268.349</u>
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito do cálculo do resultado líquido por ação básico	2.500.000	2.500.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>2.500.000</u>	<u>2.500.000</u>
Resultado básico por ação	<u>0,44</u>	<u>2,91</u>
Resultado diluído por ação	<u>0,44</u>	<u>2,91</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

35. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a Empresa e partes relacionadas, em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, são apresentados no quadro que segue:

Transacções:		
Vendas e prestação de serviços	31.12.2015	31.12.2014
Algaplus	1.839	86
AMG	213	-
Amplitude Net	31.582	-
AT Informática	39.640	98.246
ITExample	23.776	-
João Paulo Sá Couto	3.183	1.136
Jorge Manuel Sá Couto	3.438	21.750
JP IK South Africa	572	-
JP IUSA	1.047	-
JP Peru	23.873	-
JP Sá Couto Angola	287.874	77.080
JP-IK S.A.	3.600	-
JPMW	(54.284)	418.946
MGBO	175.801	-
Select Safety	5.733	-
YOUTSU	4.475.937	454.584
	<u>5.023.825</u>	<u>1.071.828</u>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Compras e aquisição de serviços	31.12.2015	31.12.2014
AMG	721.190	1.395.158
Amplitude Net	21.390	-
AT Informática	1.360.317	1.719.913
Imotsu	378.649	472.464
ITExample	33.410	-
JP Peru	4.566	-
JP-IK S.A.	261.075	317.133
Select Safety	95.561	-
YOUTSU	-	41.473
	2.876.158	3.946.141

Juros empréstimos obtidos	31.12.2015	31.12.2014
AT Informática	11.664	16.244
YOUTSU	12.867	-
	24.530	16.244

Saldos:		
Clientes	31.12.2015	31.12.2014
Algaplus	1.124	-
AMG	-	108
Amplitude Net	32.551	38.827
AT Informática	330.752	298.195
IT Example	3.502	-
João Paulo Sá Couto	3.835	1.363
Jorge Manuel Sá Couto	1.567	21.574
JP Sá Couto Angola	1.889.447	1.482.375
JP Sa Couto Peru	24.124	-
JP-IK South Africa	2.034	-
JPMW	349.443	515.303
Selectsafety	93	-
YOUTSU	9.696	151.153
	2.648.168	2.508.899

Fornecedores	31.12.2015	31.12.2014
AMG	368.988	226.053
Amplitude Net	2.614	23.721
AT Informática	95.250	81.008
Imotsu	324	24.045
JP-IK S.A.	(10.468)	284.826
Selectsafety	81.975	-
	538.683	639.652

Empréstimos obtidos	31.12.2015	31.12.2014
AT Informática	240.000	360.000
YOUTSU	8.468.324	-
	8.708.324	360.000

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

As remunerações pagas aos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Remuneração Conselho de Administração	255.467	334.540
<i>fixa</i>	225.000	312.500
<i>variável</i>	30.467	22.040
Remuneração Revisor Oficial de Contas	15.600	19.200

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

37. CONTINGÊNCIAS

A 31 de Dezembro de 2015 e até a elaboração do presente relatório, não existiam processos contra à JP-ik.

38. GARANTIAS PRESTADAS

As garantias bancárias prestadas por conta da empresa a 31 de Dezembro de 2015 eram as seguintes:

Banco	Beneficiário	Moeda	Valor	Vencimento
Santander	Dependencia Aduanas IIEE Algeciras	EUR	109.596	03-09-2017
Santander	Centro Ceibal para el Apoyo a la Educacion	USD	375.576	25-06-2016
Santander	Centro Ceibal para el Apoyo a la Educacion	USD	317.334	29-12-2016
Santander	Ministerio Educação El Salvador	USD	93.420	10-09-2016
Caixa Geral de Depósitos	ICT AUTHORITY	KES	50.000.000	30-09-2016
Caixa Geral de Depósitos	ICT AUTHORITY	KES	50.000.000	30-09-2016
Caixa Geral de Depósitos	ICT AUTHORITY	KES	50.000.000	30-09-2016
Total Garantias prestadas em EUR			109.596 EUR	
Total Garantias prestadas em USD			786.330 USD	
Total Garantias prestadas em KES (KES/USD=114,964)			150.000.000 KES	

39. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

O Conselho de Administração da JP-ik não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2015.

40. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20-05-2016.

Não se registaram alterações relevantes nas condições à data do balanço.

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2015 e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que venham a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

O Conselho de Administração,

JORGE MANUEL F. M. SÁ COUTO
(PRESIDENTE)

JOÃO PAULO F. M. SÁ COUTO
(VICE-PRESIDENTE)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

O Contabilista Certificado,

PEDRO ABREU CRUZ LOPES

(C.C. N.º 68 609)

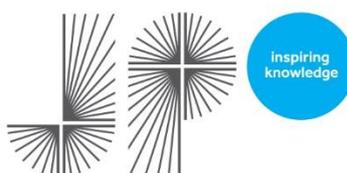
JP SÁ COUTO, SA

—inspiring knowledge—



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

2015





Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras da sociedade J.P. Sá Couto S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 170.946.946 euros e um total de capital próprio de 35.997.396 euros, incluindo um resultado líquido de 1.109.640 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de J.P. Sá Couto S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 24 de maio de 2016

José Sá Reis, SROC, Unipessoal, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 241
Representada por:



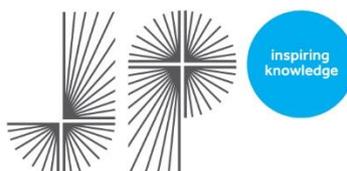
José Fernando de Sá Reis (ROC nº 990)

JP SÁ COUTO, SA

inspiring knowledge



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 2015



Relatório e Parecer do Fiscal Único



Senhores Acionistas:

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentadas pelo conselho de administração de J.P. Sá Couto S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da empresa. Verificamos os livros de escrituração, registos e documentos. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Em resultado do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a certificação legal das contas.
4. No âmbito das nossas funções, verificamos que:
 - (i) A contabilidade, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
 - (ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - (iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
 - (iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

5. Nestes termos, somos de parecer que:

- (i) Aprovevem o relatório da gestão e as contas do exercício de 2015 apresentadas pelo conselho de administração;
- (ii) Aprovevem a proposta de aplicação de resultados contida no relatório da gestão;

Porto, 24 de maio 2016

O Fiscal Único

José Sá Reis, SROC, Unipessoal, Ld^ª

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 241

Representada por:



José Fernando de Sá Reis (ROC nº 990)